

# A importância do “blending”

**FRANCISCO ALMEIDA LEITE**

Administrador executivo da SOFID; ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

**C**ombinar, harmonizar, misturar. Numa tradução à letra é isto que quer dizer “blending”, a palavra de que tanto se fala nas instâncias europeias e que governos, bancos de desenvolvimento e agências de cooperação não se cansam de usar e de aplicar no seu dia a dia nas mais variadas geografias. Portugal não pode, obviamente, ficar à margem deste processo. Para isso precisamos de recuperar o tempo perdido e de agir rápido.

O “blending” é um instrumento financeiro da Comissão Europeia para atingir os seus objetivos de política externa da União Europeia (UE) e que combina (lá está) fundos europeus não-reembolsáveis (“grants”) com empréstimos, capital de risco, garantias ou “equity” que vai sendo concedido por instituições financeiras públicas ou privadas.

O mais interessante é que esses “grants” servem para atrair outro tipo de financiamentos para países parceiros da UE, mas sempre usando as EDFI (European Development Finance Institutions) como ponte para se chegar a esses outros recursos. Em Portugal só existe uma instituição deste tipo e elegível para estas operações: a SOFID (Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento), um pequeno banco de desenvolvimento que tem como acionista maioritário o Estado português, através da Direção-geral do Tesouro e Finanças, e os quatro maiores bancos comerciais portugueses, Millennium BCP, Novo Banco, BPI e a Caixa Geral de Depósitos, além da ELO – que no seu último relatório sobre a “Lusofonia Económica” também chamava a atenção para a importância de ter a instituição portuguesa apta a captar aqueles financiamentos.

A União Europeia tem estes instrumentos específicos para financiar as empresas e os Estados europeus na sua aventura de internacionalização nos outros continentes, promovendo ao mesmo tempo o crescimento das economias locais, criando emprego e o fortalecimento do setor privado dos países em vias de desenvolvimento. Só no período entre 2007 e 2014, os apoios da UE neste contexto foram superiores a 400 milhões de euros, entre subsídios ou “grants” (47%), assistência técnica (31%), subsidiação de taxas de juro (11), capital de risco (6%)

e garantias (4%). No mesmo período, por causa do “blending” foi possível mobilizar 20 bilhões de euros das EFI (European Financial Institutions), dois bilhões de recursos adicionais e suportar cerca de 250 projetos em países em vias de desenvolvimento num total de investimento de cerca de 44 bilhões de euros.

Ou seja, a plataforma de “blending” desenvolvida pela Comissão Europeia na sua cooperação externa é apenas uma parte pequena do bolo, mas acaba por ser decisiva para alavancar outros investimentos. Tendo em conta que a CE está a proceder a uma avaliação do papel das suas sete facilidades de investimento e/ou fundos e que no relatório de Maio de 2016 devem ficar claras quais as lições que se retiram e quais as recomendações aos Estados-membros, é muito importante que Portugal não fique para trás. Só para o próximo período 2014-2020 está previsto um envelope financeiro de 780 milhões de euros em “blending” para três facilidades de investimento – Facilidade de Investimento para a América Latina (LAIF), Facilidade de Investimento para a Ásia (AIF), e Facilidade de Investimento para a Ásia Central (IFCA) – e mais 2,1 bilhões de euros para a Facilidade de Investimento para a Vizinhança (NIF), que incide sobre os países da vizinhança da UE, incluindo o Norte de África. Além destes instrumentos, há ainda a Facilidade de Investimento para as Caraíbas (CIF), a Facilidade de Investimento para o Pacífico (IFP) e Fundo UE-África para as Infraestruturas (ITF), que muito poderá interessar às empresas portuguesas com grandes obras em África. Para além disto, a Comissão Europeia, através da Direção-geral para a Cooperação e Desenvolvimento, está a preparar outros programas e iniciativas setoriais, com financiamento europeu substancial, como é o caso do ElectriFI, muito virado para as energias renováveis, eletrificação de zonas rurais e centrais de nova geração. Alemães, holandeses, italianos e espanhóis já estão a trabalhar para beneficiar destes apoios, não podemos e não devemos ficar para trás. ■

Este artigo está em conformidade com o novo Acordo Ortográfico

Konstantinos Tsakalidis/Bloomberg

